

A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA ANÁLISE INICIAL SOBRE O OLHAR DE PROFESSORES

INCLUDING STUDENTS WITH DISABILITIES IN FIELD EDUCATION: AN INITIAL ANALYSIS ON THE PERSPECTIVES OF TEACHERS

ARTIGO

Tauana Oliveira Silvaⁱ

Universidade Estadual Paulista - Unesp
E-mail: tauana.oliveira@unesp.br

Klaus Schlünzen Junior

Universidade Estadual Paulista - Unesp
E-mail: klaus.junior@unesp.br

RESUMO

A Educação do Campo é uma luta histórica da população camponesa e assentada. Defende o direito de uma população em pensar o mundo a partir de sua realidade, de ter um processo de escolarização que respeite sua especificidade e cultura. Busca a inclusão dentro de uma sociedade capitalista e excludente. Deste modo, pensando a Educação do Campo em uma perspectiva de inclusão, e na diversidade dos povos camponeses, o presente artigo apresenta reflexões sobre o estudante com deficiência assentado. Observada a escassez na temática, o trabalho contou com levantamento bibliográfico com autores das temáticas de Educação do campo, sendo eles Roseli Salete Caldart, Bernardo Mançano Fernandes, e autores como Maria Eglér Mantoan que aborda as modalidades de Educação Especial e Educação Inclusiva. Contamos também com um diálogo com professores de uma escola Pública estadual de assentamento, a fim de compreender a inclusão dos estudantes com deficiência no campo. A partir do diálogo foi possível constatar a existência de Atendimento Educacional Especializado, a necessidade de uma formação continuada que respeite a cultura camponesa e as demandas dos alunos com deficiência, maiores investimentos públicos e flexibilidade docente.

Descritores: Educação do Campo; Estudante com deficiência; Inclusão

ABSTRACT

Rural Education is a historic struggle of the peasant and settled population. It defends the right of a population to think about the world from its reality, to have a schooling process that respects its specificity and culture. It seeks inclusion within a capitalist and exclusionary society. In this way, thinking Rural Education from a perspective of inclusion, and in the diversity of peasant peoples, this article presents reflections on the settled student with disabilities. Observing the scarcity in the theme, the work included a bibliographical survey with authors on the themes of Education in the countryside, such as Roseli Salete Caldart, Bernardo Mançano Fernandes, and authors such as Maria Eglér Mantoan who addresses the modalities of Special Education and Inclusive Education. We also have a dialogue with teachers from a state public school in the settlement, in order to understand the inclusion of students with disabilities in the countryside. From the dialogue, it was possible to verify the existence of Specialized Educational Service, the need for continued education that respects the peasant culture and the demands of students with disabilities, greater public investments and teaching flexibility.

Descriptors: Countryside Education; Student with a disability; Inclusion.

Editor desta Edição da RECS:
Dr. Marion Machado Cunha

1 INTRODUÇÃO

Filha de assentados e de produtores rurais, cresci no campo e vivenciei as dificuldades impostas, o esquecimento social e a desvalorização da nossa cultura. Essa experiência influenciou diretamente na escolha da temática a ser apresentada. A participação no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra proporcionou acesso à Educação do Campo, modalidade essa pouco discutida e que ainda caminha para uma real efetivação.

Ao ingressar na universidade observei que pouco ou quase nada se falava sobre a população assentada. Algo que me intrigou bastante, afinal, estamos localizados na região com maior número de assentamentos. Como não falar de um cenário tão real e próximo a nossa realidade?

No decorrer das disciplinas que frequentei comecei então a indagar e a relacionar as temáticas abordadas com a vida e a cultura do campo, pensando enquanto professora de estudante assentado, produtor rural e membro da luta.

Esse exercício me levou a realização de um projeto de escola inclusiva do Campo, cujo mesmo era requisito obrigatório para aprovação parcial na disciplina de LIBRAS. A construção desse projeto refletiu a seguinte questão: E o aluno com deficiência assentado? Há inclusão? Como ocorre esse processo?

Esses questionamentos motivaram o desenvolvimento da pesquisa uma vez que observada a pouca escrita acadêmica sobre o estudante com deficiência que reside em assentamentos.

Com esse artigo busca-se responder algumas indagações quanto ao processo de inclusão da pessoa com deficiência na Educação do Campo. Para a construção da pesquisa contei com a realização de um grupo de discussão, composto por três professores de uma escola pública estadual de um assentamento da região do Pontal do Paranapanema.

A intenção foi estabelecer um diálogo com os educadores, a fim de compreender o processo de inclusão na escola do campo sobre o olhar desses profissionais. Com a pesquisa foi possível entender o avanço significativo que a inclusão e a educação especial obtiveram dentro do contexto rural. Nos dias atuais há a presença de profissionais de Atendimento Educacional Especializado atendendo alunos sem que os mesmos se desloquem de sua realidade.

Quero registrar também a importância que essa temática possui, dada a escassez de obras direcionada a mesma. Fazendo-se, portanto, necessário e relevante apresentar, enfatizar e apresentar propostas para os estudantes com deficiência no campo e como devemos pensar esse processo de inclusão, na sua estrutura atual e em uma perspectiva de futuro. Portanto, é sob esta perspectiva que o presente artigo pretende apresentar alguns subsídios para o contexto da educação do campo.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO: BREVE ANÁLISE DE PERCURSO

A Educação do Campo surge em meados dos anos de 1990 com a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, e é um fenômeno recente dentro da realidade educacional brasileira.

Observada a seriedade e a importância da temática a ser discutida, a conferência Nacional reuniu grandes entidades como o Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO) e também a Universidade de Brasília (UNB) (ARROYO, FERNANDES, 1999, p.8).

Após a realização do encontro nacional, os membros participantes deram início a uma

série de ações que objetivavam a luta pela Educação do Campo. Um exemplo foi a elaboração de uma coleção literária que traziam reflexões e apresentações sobre a Educação aqui apresentada.

Um dos principais membros protagonistas da Educação do Campo são os movimentos sociais, com ênfase no MST e em movimentos que lutam pela reforma agrária, pois o vínculo originário da educação do Campo é justamente com trabalhadores, pobres, sem-terra, sem trabalho, “mas primeiro com aqueles já dispostos a reagir, a lutar, a se organizar contra ‘o estado da coisa’” (CALDART, 2009, p.41).

Essa nova modalidade de Educação que ganha os holofotes brasileiros carrega uma bagagem para além de si mesma. A educação supramencionada é uma luta dentro de uma sociedade de classe e excludente, ela busca a garantia do direito de uma população, que por vezes é esquecida, tida como atrasada e arrogante.

[...] Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. (CALDART, 2012, p. 259)

O termo Educação do Campo não se fecha nele mesmo, envolve questões de exclusão social, aponta a distribuição desigual de terras, entre outros (JESUS, 2004, p.65). Há uma incorporação dos ideários de luta dos movimentos sociais e intelectuais. Direciona-se também a formação educacional a partir do local a onde se está inserido. Para Fernandes

A educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico, nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde sua realidade. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural. (FERNANDES, 2002, p.67).

Ao pensar o mundo a partir da realidade distante daquela em que vive a dificuldade de se reconhecer enquanto integrante daquele espaço é ainda maior. Esse movimento acarreta no estranhamento e a construção da identidade fica comprometida. Pensando na escola, enquanto um ambiente de vivência coletiva, aprendizagem teórica e troca de conhecimentos, entende-se seu importante papel na construção e formação da identidade da criança, é ela a chave para um processo de formação cultural e humano.

Deste modo, a Educação do Campo é pensada com a finalidade de defender a oferta e a permanência de estudantes assentados, ribeirinhos, quilombolos, entre outros. Uma educação gratuita, de qualidade e que respeite as singularidades regionais.

(...) é necessário que a escolha dos conteúdos de estudo e a seleção de aprendizados a serem trabalhados em cada momento não seja aleatória, mas feita dentro de uma estratégia mais ampla de formação humana. E que se busque coerência entre teoria e prática; entre o que se estuda e o ambiente cultural da escola. Um bom critério então para a escolha dos conteúdos pode ser este: analisar em que medida se relacionam ou se constituem como ferramentas para a construção de uma visão de mundo, um ideário de vida. Também se eles permitem aos educandos aprender e pensar sobre o que faz, o que estuda e o que pensa. (CALDART, 2002, p. 41).

A educação do campo não é uma educação “para” e nem “com” os trabalhadores, mas uma educação “dos” trabalhadores do campo (CALDART, 2002, p. 28), em outras palavras, não é algo dado, mas uma educação que se constrói ao longo da formação do sujeito. Quando

construídas somente pelo Estado, tem apenas o objetivo de ensinar o conteúdo teórico e domesticar sem levar em consideração as necessidades e vivências camponesas, tendo como meta enquadrar os sujeitos do campo no segmento de alfabetizados sem pensar para além.

Essa modalidade valoriza a identidade e a cultura dos povos do campo, numa perspectiva de formação humana e de desenvolvimento sustentável, o que a difere da Educação Rural como era nomeada antigamente a formação da população camponesa.

A educação em área rural era conhecida por “treinar e educar” os sujeitos “rústicos” do campo, era uma educação urbana a qual tinha de se adaptar, sendo apenas uma educação *no* campo, e não *do* campo, que na realidade tem por objetivo prover o direito à igualdade e respeitar as diferenças da comunidade inserida. A luta nos dias atuais que veem por meio da Educação do Campo é defender o direito da pessoa assentada ao acesso à educação no local em que vive, sem precisar se deslocar quilômetros e o direito de ter um ensino aprendido que dialogue com sua comunidade, com a sua realidade. A luta da Educação do Campo é também a luta pela educação NO Campo, em um constate diálogo e complementação.

Quando dizemos Por Uma Educação do Campo, estamos afirmando a necessidade de duas lutas combinadas: pela ampliação do direito à educação e à escolarização no campo; e pela construção de uma escola política e pedagogicamente vinculada à história, à cultura e às causas sociais e humanas dos sujeitos do campo, e não um mero apêndice da escola pensada na cidade: uma escola enraizada também na práxis da Educação Popular e da Pedagogia do Oprimido (KOLLING; CERIOLI & CALDART, 2002, p. 13).

Uma modalidade de educação que resgata um caráter Freiriano e Marxista, lutando por inclusão dos excluídos pela sociedade do capital, garantindo o direito de uma população, lembrando de quem é esquecido.

3 EDUCAÇÃO ESPECIAL X EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O tema Inclusão tem ganhado destaque nos meios sociais e acadêmicos, mas ainda é mal compreendido pelo senso comum. Acreditam que a inclusão se restringe somente a pessoa com deficiência, público alvo da educação especial, ou somente ao sistema educacional. No entanto a inclusão se implica a quaisquer espaço físico e simbólico, é uma prática social que deve estar presente no trabalho, na cultura, na educação, no lazer e na atitude do ser enquanto sujeito de diferença e de singularidade.

[...] a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos. Todos sabemos, porém, que a maioria dos que fracassam na escola são alunos que não vêm do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele! (MANTOAN, 2001).

Em uma perspectiva de inclusão, a Educação Inclusiva e a Educação Especial apresentam pontos e contrapontos, sendo a educação inclusiva

[...] um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga a igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação a idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas de produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p.1).

A educação inclusiva engloba o todo, defende os direitos humanos e se destina a população que de alguma forma não está sendo incluída, seja no meio educacional ou na sociedade. Trata-se da luta por reestruturação da educação, da busca por uma mudança no ensino regular que atenda as demandas e valorize as diferenças sem distinções de raça, classe, gênero, entre outros.

Uma metodologia implantada no ensino educacional que leva em consideração a etnia, a deficiência, diversidade de gênero, é o Desenho Universal.

O conceito de Desenho Universal surgiu na reivindicação de pessoas com deficiências e de arquitetos. As pessoas com deficiência apontavam que suas necessidades não estavam sendo contempladas em determinados espaços, e os arquitetos defendiam maior democracia estrutural e de designer.

Dentro da Educação o desenho Universal ou Desenho Universal para Aprendizagem trata-se de

[...] um conjunto de possibilidades – materiais flexíveis, técnicas e estratégias – que busca ampliar a aprendizagem de alunos com ou sem deficiência. O objetivo é atingir assim, um número maior possível de alunos, universalizando, portanto, a aprendizagem.

Ademais, o Desenho Universal traz a perspectiva de acessibilidade e respeito à diversidade pessoal, cultural e social.

O desenho universal em sua estrutura, possibilita o trabalho com a identidade e diferença, presente na metodologia, na comunicação e no material. Um dos exemplos pensados pela estrutura do desenho universal são as maquetes e experimentos multissensoriais.

A expressão Educação Inclusiva surgiu em 1994 com a declaração de Salamanca, o objetivo era a garantia da inclusão das crianças com necessidades especiais no ensino regular. Com o avanço cultural, a expressão sofre ampliação, nos dias atuais o termo supõe a disposição da instituição escolar em atender a diversidade total de alunos (MENDONÇA, 2015, p.5).

Ao direcionar o conceito de educação inclusiva ao educando, a educação especial é uma modalidade de educação que se destina a luta da pessoa com deficiência dentro do sistema educacional.

[...] a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008, p.7).

Os estudantes público-alvo da educação especial são pessoas com transtorno global de desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação, pessoas deficiência (visual, auditiva, física e intelectual), (BRASIL,2015). Segundo as Leis de Diretrizes e Bases para a Educação (Brasil, 1996), é direito do estudante com deficiência frequentar as classes comuns, de preferência, na rede regular. Dispõe ainda a disponibilização do atendimento educacional especializado, que se caracteriza como um conjunto de atividades e recursos de acessibilidade e pedagógicos. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve estar presente na proposta escolar e contar com a participação família, e não deve substituir a educação regular. O AEE funciona como complementar para estudantes com deficiências e transtorno global de desenvolvimento ou complementar para estudantes com superdotação ou altas habilidades (BRASIL, 2013b).

Autores como Mazzota classificam o trajeto histórico da educação especial em três grandes marcos sociais: “Marginalização, assistencialismo e educação/ reabilitação” (MAZZOTA, 1997, p.14).

Na marginalização está presente a descrença na possibilidade de mudança das pessoas

com deficiência, levando a completa omissão da sociedade em organizar espaços para essa população.

No assistencialismo permanece a descrença na capacidade de mudança do indivíduo, acompanhado pelo princípio cristão da necessidade de solidariedade humana, buscando apenas a proteção para com a criança com deficiência. E na educação/reabilitação acredita-se na possibilidade de mudança da pessoa com deficiência e observam-se ações voltadas para organização de serviços educacionais que atenda e beneficie essa população.

4 O ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA DO CAMPO

O estudante assentado enfrenta inúmeras dificuldades em seu dia a dia e principalmente em seu processo educacional. Falar de educação do Campo, da população camponesa, é falar de inclusão, pois a cultura camponesa é esquecida quando é imposta a ela uma cultura de grandes centros.

Essa realidade é bem presente no sistema educacional de escolas do campo com a elaboração de currículos distantes da realidade da comunidade. Essa problemática piora quando com as crianças com deficiências, uma vez que é necessário uma adaptação não só a sua realidade, mas também a sua demanda particular.

Para compreender como ocorre o processo de incluir estudantes assentados na educação, montamos um grupo de discussão composto por três professores, um educador de AEE e dois educadores de sala regular. O grupo contou também com uma entrevista semi-estruturada que norteou a discussão. As questões elencadas na entrevista foram: Qual sua formação profissional? Sempre trabalhou em escolas de assentamentos? Você já trabalhou com alunos público alvo da educação especial? Se sim, eram de Escolas do Campo ou Urbana? Fale um pouco desta experiência. Como ocorre a inclusão do estudante com deficiência que reside nos assentamentos? Recebem Atendimento Educacional Especializado? Há uma participação positiva e ativa dos estudantes e da família? Você observa alguma diferença entre o processo de inclusão do estudante assentado e o estudante que reside na cidade? Quais as dificuldades encontradas no processo de inclusão de um estudante assentado? Quais os subsídios necessários para a melhoria da inclusão do estudante com deficiência na Educação do Campo? Na sua opinião, indique o que poderia ser feito no futuro para melhorar o processo de inclusão de estudantes com deficiência em escolas do campo.

A partir das respostas e dos relatos dos professores estabelecemos quatro tópicos que constituem esse processo de inclusão: As estratégias pedagógicas; tecnologia e tecnologia assistiva; dificuldades e implicações e a Educação Especial no campo que queremos.

4.1 SOBRE AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

Trabalhar com estudantes da educação do campo não é uma tarefa fácil, requer do professor flexibilidade e adaptações constantes. Isso não é diferente quanto ao estudante com deficiência. Nessa escola Pública Estadual de assentamento os estudantes recebem Atendimento Educacional Especializado. Esse atendimento possui dois caráter de oferta: aulas itinerantes e a sala de recurso. As aulas itinerantes tratam-se da ação do profissional especializado em se deslocar até a instituição para atendimento e a sala de recurso é o espaço físico existente na instituição destinado ao AEE.

Na sala de recurso a profissional busca trabalhar com o estudante de acordo com sua potencialidade, observando fatores que o mesmo melhor desenvolve. Profissionais apontam que possuem estudantes que conseguem se desenvolver melhor ao trabalhar com números, deste modo buscam a partir dessa potencialidade do estudante avançar as suas intenções pedagógicas.

Ao elaborar uma atividade em sala regular, ocorre a adaptação não dos conteúdos, mas do recurso utilizado para que o estudante que apresenta certa dificuldade consiga, em suas especificidades, realizar a atividade proposta.

Compreendendo a realidade do campo, o atendimento de AEE, que em tese era ofertado no contra turno, precisou ser adaptado. A professora apontou que viu a necessidade de realizar o atendimento no horário da aula regular, pois os alunos acabavam não ficando no contra turno devido ao cansaço causado por horas de deslocamento entre sua moradia e a instituição.

4.2 SOBRE O USO DE TECNOLOGIA E TECNOLOGIA ASSISTIVA

O acesso à tecnologia cresceu muito no campo, mas ainda é limitado. Na escola estadual que os educadores entrevistados atuam, possui uma sala de informática com aproximadamente dez computadores, mas sem acesso a internet, e quando tem é de difícil navegação.

A comunidade em torno da escola faz uso da torre de celulares instalada a tempos atrás com a chegada da Usina de cana de açúcar, afim de possibilitar a comunicação da empresa. Nos dias atuais o acesso à internet é possível apenas via celular e educadores relatam acontecimentos, como ficarem dias sem sinal.

A tecnologia chegou no campo, isso é fato. Mas de que maneira chegou? E como ela está presente, como tem contribuído para educação?

Os entrevistados apontam que buscam dentro das possibilidades impostas, permitirem o acesso dos estudantes a tecnologia, mas que as vezes não é possível.

A utilização de tecnologia assistiva com o estudante com deficiência ocorre apenas por parte da professora de AEE, mas por poucas vezes.

4.3 SOBRE AS DIFICULDADES E IMPLICAÇÕES

As dificuldades e implicações apresentadas pelo grupo perpassam desde questões de medidas públicas, a questões do cotidiano da família e da comunidade.

Os fatores religiosos são um dos desafios apresentados que dificultam o processo de inclusão do estudante. Nos assentamentos a influência da igreja é muito forte, trazem ideias e falas como “presente de Deus, Deus não dá uma cruz maior que se possa carregar, Deus quis assim”, causando a estigmatização da deficiência, perdendo um elemento importante que é a pessoa com deficiência como sujeito de direitos. A influência produz nas famílias um sentimento de acomodação, aceitação da situação, não buscando recursos, atendimentos ou estratégias para que o estudante se desenvolva e avence socialmente.

As ideias trazidas pela religião dificultam, por vezes, a aceitação e a compreensão da família de que existe uma pessoa com direitos, deveres e possibilidades antes da deficiência.

O preconceito cultural e também da própria família em reconhecer que há uma pessoa com deficiência que integra a estrutura familiar, é muito marcante. O acesso, ou melhor, a falta de acessibilidade é um barreira que dificulta o avanço significativo da educação especial e inclusiva na educação do campo. Por estar localizado em locais distantes, o acesso a recurso é limitado, o acesso a saúde é restrito. Em sua maioria, os estudantes com deficiência acabam não recebendo o devido acompanhamento necessário, pois não conseguem ir a cidade com frequência, por exemplo, seja por falta de transporte ou condições financeiras.

Outra questão levantada é a dificuldade de interação dos estudantes com deficiência com outros estudantes com deficiência, seja pela diferença decorrente da deficiência ou de idade.

4.4 SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CAMPO QUE QUEREMOS

Afinal, enquanto educadores que tipo de educação especial no campo nós queremos?

Uma indagação que nos provoca um certo desconforto, pois pouco se pensa em uma educação que dialogue com a realidade do campo, ainda mais uma educação que dialogue com a cultura camponesa e que atenda a demanda da pessoa assentada com deficiência.

Um dos pontos principais apontados é a necessidade do apoio de um todo, desde o professor, gestor, até a cozinheira da instituição. É importante que ocorra um trabalho em conjunto com um denominador comum, o estudante com deficiência assentado.

A participação do estado com recursos e principalmente formação continuada para os profissionais da educação é essencial. É preciso que o projeto de escola do campo inclusiva comece desde a formação do professor, figura importante e determinante na construção de identidade e ampliação de mundo do estudante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse debate sobre o estudante com deficiência dentro da Educação do Campo precisa continuar em curso. Finalizo chamando atenção para os apontamentos da falta de formação profissional, nas dificuldades encontradas pelos educadores desde o acesso ao local, devido a situação precária da estrada, mas também a questões de recursos.

O estudante camponês com deficiência existe, e precisa ser ouvido. Ressalto a importância desse trabalho para que possamos reconhecer a existência desse estudante, compreender a maneira como o seu processo de inclusão está acontecendo e, a partir do mesmo, buscar melhorias.

Esse estudo constatou o avanço na educação dos estudantes com deficiência que em tempos remotos precisavam sair de seu contexto para estudarem em escolas urbanas. Com a chegada do Atendimento Educacional Especializado essa realidade foi modificada. No entanto, a oferta de AEE não é o suficiente para uma real inclusão do estudante, do que adianta ofertar se o educador não tem os recursos necessários para o desenvolvimento.

Reintegra-se a importância de olharmos para as pessoas com deficiência no contexto de assentamento e que inicie a construção social e acadêmica com estudos e quebra de paradigmas, afim de possibilitar o avanço na temática, dando ao estudante assentado com deficiência a sua voz de direito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 Promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm>. Acesso em: 21 maio. 2021

_____. Lei n. 12.976, de 4 de abril de 2013 Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, 2013a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm>. Acesso em: 20 maio. 2021.

» http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 16

junh.

2021.

» http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm

» http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm

CALDART, R. S. (2002) Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: **Educação do Campo**: identidade e políticas públicas. Kolling, E.J. et al. (orgs). Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4. Brasília: Art. Nacional Por Uma Educação do Campo. 25 – 36 p.

CALDART, R. S. Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ.** Saúde, Rio de Janeiro, V. 7 n.1, p.35-64, mar/jun 2009.

CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/dicionario-da-educacao-do-campo>

FERNANDES, B. M. “Diretrizes de uma caminhada”. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (organizadores). **Educação do campo**: identidades e políticas públicas: por uma educação do campo. Brasília, Distrito Federal: articulação nacional. Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.4.

JESUS S. M. S. A. de. Questões paradigmáticas na construção de um projeto político da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C. JESUS, S. M. S. A. de. (Org.) **Por uma Educação do Campo**: Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004. (Coleção: Por uma Educação do Campo – Vol. 5). p. 53-89.

_____. MANTO AN, M. T. E. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo, Memnon Edições Científicas, 2001.

MENDONÇA, A. A. S. **EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DICOTOMIA DE ENSINO DENTRO DE UM MESMO PROCESSO EDUCATIVO**. Disponível em: <http://classroom.google.com/w/MTE4MDI0NTMyNDE3/t/all> . Acesso em: 15 julh. 2021.

Movimento Down. (2015). Manual do desenho universal para aprendizagem. **Desenho universal para livros didáticos**: oficina brasileira. Rio de Janeiro. <http://www.movimentodown.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Manual-FINAL-bibliografia.pdf>

ⁱ Sobre os autores: **Tauana Oliveira Silva** é vinculada ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista – Unesp. **Klaus Schlünzen Junior** é Licenciado em Matemática pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestre em Ciência da Computação pela Universidade Estadual de Campinas, doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual de Campinas e livre-docente em Informática e Educação pela Universidade Estadual Paulista, UNESP. Docente permanente e Coordenador Nacional do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI.

Como citar este artigo: SILVA, Tauana Oliveira; SCHLÜNZEN JUNIOR, Klaus. A inclusão do estudante com deficiência na educação do campo: uma análise inicial sobre o olhar de professores. Revista Educação, Cultura e Sociedade, vol. 11, n. 3, p. 36 – 45, Edição Especial 2021. DOI: <http://doi.org/10.30681/2237-1648>

A **Revista Educação, Cultura e Sociedade** é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

E-mail da Revista: revistaedu@unemat.br

Indexadores: DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV – DIADORIM – SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES – GOOGLE SCHOLAR